



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO N.º [38376/2017-e](#)

PARECER N.º 1092/2022–G1P/DA

EMENTA: Representação. Secretaria de Estado de Saúde. Sociedade empresária. Supostas irregularidades envolvendo a reabertura de dispensa de licitação. Contratação emergencial. Serviços de limpeza, higienização, conservação, asseio e desinfecção nas unidades da Jurisdicionada. Nas fases antecedentes: Representação conhecida. Cautelar concedida. Paralisação do certame. Interposição de Recurso pela SES. Recurso desprovido. Juntada de documento novo. Sindicato. Questionamento acerca da forma de produtividade adotada. Suposta violação de Instrução Normativa – MPOG. Decisão. Ofício conhecido e Representação julgada parcialmente procedente. Autorização de continuidade do certame, com imposição de condições. Embargos de Declaração opostos e julgados parcialmente procedentes. Decisão. Suficiência das informações em relação a fatos noticiados pelo MPCDF. Concessão de prazo para manifestação acerca de suposto sobrepreço identificado pelo Corpo Técnico. Determinação de reinstrução quanto a pontos suscitados no Voto do Relator. Nesta assentada: Exame das manifestações e reinstrução. Corpo Técnico pela suficiência dos esclarecimentos apresentados. Deliberação sobre pedido de sustentação oral. MPCDF, no mérito, discordante. Insuficiência de aprofundamento técnico objetivo. Pela reinstrução.

Os autos albergam Representação, com pedido liminar, formulada pela sociedade empresária DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E OBRAS LTDA. ([D987704C-c](#)), acerca de supostos vícios no Ato Convocatório referente à Dispensa de Licitação n.º 341/2017, promovida pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, tendo por objeto a contratação, em caráter emergencial, de serviços de limpeza, higienização, conservação, asseio e desinfecção nas unidades da aludida Jurisdicionada.

2. Conhecida a Representação, a Corte determinou a suspensão do certame por meio da Decisão n.º 5.622/2017 ([53A64F7C-e](#)) e, na sequência, na Decisão n.º 5.684/2017 ([0FF9BD33-e](#)), negou provimento ao Recurso interposto pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

3. Em seguida, restou dirigido à Corte expediente oriundo do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal – SINDISERVIÇOS/DF ([F1F729EB-c](#)), questionando a forma de produtividade adotada pela SES.

4. Ato contínuo, ao passo em que, no mérito, julgou **parcialmente procedente** a Representação; a Corte, na forma da Decisão n.º 14/2018 ([3A00C817-e](#)), também conheceu o documento novo agregado pelo SINDISERVIÇOS/DF ([F1F729EB-c](#)), bem como autorizou **prosseguimento condicionado** do certame.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

5. Após considerar **parcialmente procedentes** os Embargos de Declaração interpostos pela DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS E OBRAS LTDA.; o Tribunal, em razão de pontos abordados na Informação n.º 35/2019 ([936B2403-e](#)) e das considerações do Voto do Relator, por meio da Decisão n.º 3.825/2019 ([4006522E-e](#))¹, determinou manifestação da SES, da APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA., da DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E OBRAS LTDA. e da IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTE LTDA. em relação ao apontamento de **possível sobrepreço de 8,7% identificado pelo Corpo Técnico** no item II.3 daquela Instrução.

6. Esta fase, portanto, destina-se ao exame das manifestações agregadas, a fim de verificar a existência do aludido sobrepreço e de seu impacto sobre a economicidade da contratação.

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação n.º 29/2022 – DIASP1 ([F7186A4B-e](#)), colaciona, em síntese, os esclarecimentos aportados. Considerando que o apanhado está em consonância com as manifestações da SES e das sociedades envolvidas; limito-me a reproduzi-lo na sequência, *verbis*:

EMPRESA APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA. ([C065A5F8-c](#))

10. A APECÊ Serviços Gerais Ltda. alegou a existência de **nítidas diferenças de preços entre contratações emergenciais**, celebradas pela Administração para terem vigência máxima de 180 dias, e aquelas oriundas de procedimento licitatório e que podem ter vigência de até 72 meses.

11. Apontou-se que *“numa contratação mais curta, como a emergencial, o investimento feito pelo particular para atender a Administração deve ser diluído em 180 dias, e não em 12 ou mais meses, sob pena de o particular arcar com prejuízo financeiro da operação, o que é contrário à existência em si da atividade empresarial, que visa ao lucro”*.

12. Ressaltou-se que **os custos mensais de uma contratação emergencial seriam bens maiores que os custos mensais ordinários** de uma contratação feita por meio de licitação,

¹ O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 772/2018 – MPC/PG (peça n.º 62) e respectivos anexos (peças n.ºs 63 a 67), bem como do Ofício n.º 1.005/2018-MPC/PG e anexo (peças n.ºs 7 e 8 do Processo apenso); b) das manifestações da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal acerca do tema tratado nos autos, por meio do Ofício n.º 208/2018 – SES/GAB (peça n.º 59); do Ofício n.º 2.139/2018 – SES/GAB (peça n.º 68); do Ofício n.º 254/2018 – SES (peça n.º 9 do Processo apenso); do Ofício n.º 261/2018 – SES (peça n.º 10 do Processo apenso); do Ofício n.º 180/2018 – SES (peça n.º 11 do processo apenso); e do Ofício n.º 175/2018 – SES (peça n.º 12 do processo apenso); II – considerar: a) cumprida a Decisão Liminar n.º 9/2018-P/AT (peça n.º 50), referendada pelo "Decisum" n.º 15/2018 (peça n.º 58); b) suficientes as informações contidas nos autos em relação aos fatos noticiados pelo "Parquet" de Contas, entendendo despiciendo o aprofundamento da matéria; **III – conceder o prazo de 15 (quinze) dias à SES/DF, à Apecê Serviços Gerais Ltda., à Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda. e à Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transporte Ltda. para se manifestarem em relação ao sobrepreço de 8,7% identificado pelo Corpo Técnico conforme item II.3 da instrução**; **IV – autorizar**: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão e da Informação n.º 35/2019 – 2ª DIACOMP à SES/DF e às sociedades empresárias acima identificadas, para subsidiar o atendimento do item III retro; b) a ciência desta decisão ao 'parquet' de contas; c) **o retorno dos autos a Área Técnica para reinstrução do feito, considerando as dúvidas e questionamentos suscitados nos §§ 40 a 47 do relatório/voto do Relator, bem como as informações a serem enviadas pela jurisdicionada e pelas sociedades empresárias mencionadas.** Vencido o Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, que manteve o seu voto de vista, no que foi acompanhado pelo Conselheiro PAIVA MARTINS.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

com perspectiva de vigência de 60 meses ou até de 72 meses, em caso de prorrogação com fundamento no art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, e que ainda haveria a eventual possibilidade de inadimplemento ou atraso de pagamento por parte da Administração, o que ocasionaria a oneração da respectiva contratação.

13. Acrescentou-se que **as contratações feitas por quantidade de metros limpos também difeririam daquelas firmadas por posto, visto que na primeira se privilegia a produtividade e não a quantidade de horas que o profissional ficaria à disposição da Administração**, e frisou que inclusive as despesas relativas à contratação e à demissão de empregados são diluídas no caso de contratos por prazo de 12 meses ou mais.

14. No que tange à alegada existência de jogo de planilha, a empresa asseverou que como quem determina os termos da contratação pública seria a Administração e não a empresa contratada e por ser o mercado de terceirização de serviços do Distrito Federal muito competitivo, *“em tese, dificulta a imposição de preços à Administração por parte das sociedades empresárias do ramo”*.

15. A empresa afirmou que **não se deveria falar em sobrepreço tendo em conta que “a dispensa de licitação só foi levada adiante a partir do atendimento do determinado nas mencionadas decisões liminares, consideradas cumpridas por esse eg. Corte de Contas nesta mesma DECISAO nº 3825/2019”**, e apresentou uma **análise comparativa na qual consta que os preços por ela praticados estariam abaixo dos estimados pela própria Administração** e pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG.

16. Afirmou que o Tribunal de Contas da União entende que o que interessaria à Administração seria o **valor global e não os valores unitários** como ficou assentado nos excertos de decisões da Corte de Contas Federal trazidos aos autos: Acórdão nº 1368/2019 - TCU - Plenário; Acórdão nº 1511/2018 - TCU - Plenário; Acórdão nº 670/2016 - TCU - Plenário; Acórdão nº 648/2016 - TCU - Plenário; Acórdão nº 2.546/2015 - TCU - Plenário; e Acórdão 637/2017 - Plenário.

17. Destacou a existência de **precedente desta Corte confirmando a compatibilidade dos preços de postos de vigilância e a regularidade de tais contratações**, quais sejam, os Processos-TCDF nºs 7200/2010 e 34926/2011.

18. Ressaltou que tanto o voto de vista do Conselheiro Inácio Magalhães Filho quanto o voto do então Conselheiro Paiva Martins externaram o **posicionamento no sentido de não haver irregularidade** no caso ora em exame, e defendeu que:

[...] mesmo que se considere eventual diferença nos preços praticados da ordem de 8,7%, não é razoável imaginar que essa diferença - mesmo que em Reais represente algum valor significativo - que tal percentual possa ser admitido como sobrepreço a justificar a ação administrativa sancionadora ou ressarcitória por parte dessa eg. Corte.

19. Em seguida a empresa apresentou as seguintes considerações em sua defesa:

a) os **parâmetros para análise dos preços contratados devem refletir uma lógica isonômica e imparcial e assim também deveriam ser retirados da tabela comparativa de valores os preços muito abaixo dos de mercado**, pois estes implicam, ao contrário do proposto acima, subfaturamento do parâmetro de preços;

b) a Lei Federal nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) estabelece uma série de disposições legais que devem ser seguidas pela Administração sobretudo no exercício da sua função sancionatória e o Decreto Federal nº 9.830/2019 prevê, no § 1º do seu art. 13, que *“a atuação de órgãos de controle privilegiara ações de prevenção antes de processos sancionadores”*; e

c) as decisões do Tribunal possuem efeitos *ex nunc* (não retroagem) e não *ex tunc* (retroagem), ou seja, somente podem ser implementadas da sua data de aprovação em diante, vez que só então seus parâmetros passariam a ser conhecidos.

20. Ao final a empresa APECÊ Serviços Gerais Ltda. requereu o acolhimento de sua manifestação a fim de que **fosse julgada a regularidade dos preços praticados no Contrato nº 47/2018**, como o consequente arquivamento dos autos, assim como fosse considerada a necessidade de definição futura por parte do Distrito Federal de parâmetros



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

de preços, a exemplo do que faz o Governo Federal, e a possibilidade de inserir em seus futuros roteiros de inspeção a verificação da regularidade das despesas por parte do Distrito Federal no cumprimento das obrigações assumidas. (destaquei).

IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA. ([BF4B2DD1-c](#))

21. Constatou-se que de forma geral a defesa da empresa Ipanema **reproduziu os mesmos argumentos e conclusões da empresa Apecê Serviços Gerais Ltda.**, tendo as duas empresas sido representadas pelo mesmo escritório de advocacia, razão pela qual serão apresentados apenas os argumentos complementares, referentes à aventada inexecução contratual por parte da empresa Ipanema.

22. Neste sentido, a empresa Ipanema alega que as **pequenas inexecuções contratuais inicialmente indicadas já teriam sido afastadas corretamente pelo Conselheiro Relator.**

23. A empresa destacou que o próprio Conselheiro Relator não teria identificado irregularidade, visto que em seu voto afirmou que:

Quanto às ocorrências noticiadas pelo Órgão Ministerial mediante o Ofício nº 772/2018-MPC/PG (peça 62) - não recebimento de uniformes novos por parte de funcionários da empresa Ipanema- e Ofício n.º 1.005/2018-MPC/PG (peças 7 e 8 do processo apenso) - atrasos sistemáticos no pagamento de empregados da prestadora Ipanema lotados no HRT - considereei suficientes as informações contidas nos autos, entendendo despendendo o aprofundamento da matéria.

24. Ao final a empresa **apresentou pedidos idênticos** aos da empresa Apecê Serviços Gerais Ltda. e apresentou documento protocolado em 16.07.2020 solicitando a realização de sustentação oral por ocasião do exame de mérito das questões suscitadas. (destaquei).

EMPRESA DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS E OBRAS LTDA. ([DFF7DDD0-c](#))

25. A empresa Dinâmica alegou que **não incumbiria às contratadas chamadas em audiência por meio da Decisão nº 3825/2019 a defesa dos preços constantes do Projeto Básico da SES/DF.**

26. Argumentou que a **Unidade Técnica analisou os valores constantes da estimativa de preços realizada pela Administração, desconsiderando as planilhas de preços apresentadas pelas empresas contratadas, ou seja, sem considerar os descontos ofertados nas respectivas propostas de preços** durante o certame.

27. Destacou a **inocorrência de sobrepreço sob a alegação de que nos contratos emergenciais**, cuja duração máxima é de 180 dias, seria *“admissível que alguns custos sofram variação a maior em comparação aos contratos firmados com fulcro no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, que permitem a sua dilatação por até 72 meses consecutivos.”*

28. E que a contratação em apreço foi **a primeira no âmbito da SES/DF por “metro quadrado”, além de ter sido mais vantajosa em relação às contratações subsequentes e compatível com os preços estabelecidos à época** em Portaria do Ministério do Planejamento

29. Em seguida indicou alguns **pontos que considerou equivocados na metodologia** utilizada pela Unidade Técnica para apurar o mencionado sobrepreço, e ao final requereu a procedência de suas razões de justificativa a fim de que fosse reconhecida a *“ilegitimidade da ora defendente para defender o preço do orçamento da SES.”* (destaquei).

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE ([7D1647A6-c](#))

30. A SES/DF manifestou-se por meio do encaminhamento de informações prestadas por diversos setores da Secretaria. Neste sentido, no Despacho SES/SAG, de 12 de fevereiro de 2020, a Subsecretaria Adjunta de Gestão em Saúde ressaltou que:

[...] após o levantamento dos valores repassados as empresas, considerando a prestação dos serviços sem a devida cobertura contratual (despesa indenizatória), desde 2015, em comparação com os valores contratuais advindos da Dispensa de Licitação nº. 341/2017,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

vide Planilha III (35480730) ficara evidenciado que apesar do valor originado no emergencial de 2015 não ter sofrido acréscimos referente a atualização monetária e repactuações até o seu encerramento em 2018, a Contratação Emergencial originada pela DL 341/2017 apresentou redução de custo no aporte de R\$ 7.483.594,58 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e três mil quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), gerando economicidade para a SES/DF, além de a execução do serviço passar a ser regido por instrumento formal, gerando maior segurança jurídica.

31. No que tange à manifestação ao **sobreprego de 8,7%** identificado pelo Corpo Técnico, a Subsecretaria Adjunta de Gestão em Saúde reforçou que:

[...] este se refere ao valor efetivamente contratado em relação ao valor que deveria ter sido estimado pela administração, neste sentido cabe esclarecer que em consonância com o relatório do TCDF, essa diferença de preços se deu em razão da inauguração no âmbito desta SES da contratação por metro quadrado, e não mais por posto de trabalho, atendendo ao Disposto na IN 02/2008, alterada pela IN 05/2017, bem como os equívocos que a Administração adotou em relação as decisões 2472/2013 e 3836/2013, que foram utilizadas como parâmetros para o cálculo dos encargos sociais, em detrimento da Decisão nº 544/2010, indicada como a correta por esta corte.

E acrescentou que:

[...] acolhemos as recomendações traças (SIC) no bojo da decisão, ressalta-se que esta SES/DF realizou as adequações necessárias, as quais foram observadas nas contratações posteriores, além de informar que a Secretaria de Estado de Saúde empreendera esforços no sentido de prover qualificação específica aos seus profissionais, com vistas a estarem aptos a acompanhar as inovações jurídicas acerca da matéria.

33. Por sua vez, a Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde, mediante o Despacho – SES/SINFRA, informou que **à época da instrução da Dispensa de Licitação nº 341/2017 do procedimento em comento, encontrava-se em situação de execução sucessiva dos serviços mediante pagamento indenizatório, situação que necessitava ser regularizada mediante a efetivação de contratos consoante ditames e demais preceitos elencados no bojo da legislação vigente, tendo destacado que:**

[...] no bojo da própria instrução processual relativa à Dispensa em comento (processo 00060-00099830/2017-19) constam justificativas contundentes da lavra das áreas técnicas responsáveis pela formação de custo (de acordo com o estabelecido em regimento interno), em especial a peça SEI de número 5890687.

34. E asseverou que o Relatório DIAQ nº 01 (2409162) já explica diversos aspectos sobre a composição de custos da presente contratação, principalmente com relação a comparação com outros preços públicos.

8. Em exame, a zelosa Unidade Técnica, ao passo em que destaca que a análise se restringe à verificação de existência de possível sobrepreço médio da ordem de 8,71%, conforme determinação do item III do *decisum* paradigmático; assume que, em linhas gerais, os esclarecimentos prestados pela SES e pelas sociedades empresárias interessadas **não inovaram** em relação às informações constantes dos autos, abordadas na Informação n.º **35/2019 (936B2403-e)** e examinadas no Voto de vista do r. Conselheiro Inácio Magalhães (**07AA2849-e**).

9. Segue aduzindo que entende **relevantes e razoáveis** as alegações apresentadas pelas sociedades empresárias quanto à existência de *nítidas diferenças de preços entre contratações emergenciais, celebradas pela Administração para terem vigência máxima de 180 dias, e aquelas oriundas de procedimento licitatório e que podem ter vigência de até 72 meses.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

10. Sob esse prisma, traz excerto do Voto do Revisor na parte em que reproduz entendimento do TCU sobre o tema controvertido ([Acórdão n.º 1580/2017 – Primeira Câmara](#)) *verbis*:

11. De qualquer maneira, em princípio, e isso não tem a ver especificamente com a eventual condição emergencial da contratação, contratos com período de vigência maior geram expectativa de mais produtividade pela possibilidade de diluição de eventuais despesas iniciais por um tempo mais longo. Nesse contexto, a necessidade de distribuição desses custos em um período de execução contratual menor poderia de fato ensejar alguma majoração dos preços, [...]

11. Sustenta, ademais, que – conforme assentado naquele no mesmo Voto – ***o percentual indicado pelo Corpo Técnico como sobrepreço de 8,17% deveria desde o início ter sido reduzido para 6,45%***, na medida em que, a partir das mesmas premissas utilizadas, deveriam ter sido considerados valores efetivamente contratados e não aqueles estimados pela Administração ([07AA2849-e](#)).

12. Em relação aos encargos sociais, novamente fundamentado no Voto do Revisor, o Corpo Técnico indica que o percentual máximo de **70,64%** deixou de ser o referencial adotado no âmbito desta Corte, que desde o voto do Cons. Relator no Processo n.º 12.593/2016, Decisão n.º 5.277/2016 ([B2626B3C-e](#)), passou a adotar o percentual referencial para encargos sociais e trabalhistas da ordem de **72,91%**, em face do qual o percentual do sustentado sobrepreço apontado pelo Corpo Técnico passaria para **5,5%**; que tenderia a ser minorado, na medida em que o orçamento estimado pela SES/DF e o referencial utilizado pelo Corpo instrutivo em sua análise quanto à existência do suposto sobrepreço **deixou de contemplar diversos insumos/materiais** constantes da lista do Anexo II do referido Projeto Básico.

13. Salienta, ademais, que o Tribunal possui entendimento pelo afastamento de regra editalícia de desclassificação em razão de percentuais de BDI ofertados, por ausência de previsão legal e potencial prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa, cabendo à Administração proceder à análise completa dos preços unitários e global das propostas, dado que o excesso na cobrança do BDI pode ser compensado pelo custo direto de serviços e produtos (Decisão n.º 839/2018, [6FBD7111-e](#)).

14. Destaca, ademais, os argumentos da SES no sentido de que no bojo da própria instrução processual relativa à Dispensa em comento (Processo 00060-00099830/2017-19), constariam justificativas contundentes da lavra das áreas técnicas responsáveis pela formação de custo (de acordo com o estabelecido em regimento interno), em especial a peça SEI de número 5890687, ressaltando-se que as duas principais motivações para todas as alterações realizadas foram as diretrizes encontradas na Decisão Liminar n.º 029/2017–GPAT/TCDF e o advento da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2018 – SINDISERVIQOS/DF.

15. Enfatiza que devem ser levadas em consideração as alegações da Jurisdicionada no sentido de que, antes do procedimento sob exame, ***a jurisdicionada se encontrava em situação de execução sucessiva dos serviços mediante pagamento indenizatório, fator este que indicou uma necessidade imperativa de regularização da prática mediante efetivação de contrato nos ditames e***



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

demais preceitos elencados no bojo da legislação vigente, em atenção aos princípios da legalidade, isonomia, economicidade e possibilitar maior segurança jurídica.

16. Aponta, ainda, que a atual gestão da SES *acolheu as recomendações traçadas no bojo das Decisão n.º 3825/2019, bem como frisou que aquela Pasta, em conjunto com as áreas competentes, comprometeu-se a empreender esforços no sentido de prover qualificação específica aos seus profissionais, com vistas a estarem aptos a acompanhar as inovações jurídicas acerca da matéria.*

17. Registra em destaque que, embora a Jurisdicionada **não tenha comprovado** que o suposto acréscimo no preço estimado decorreu da contratação por *metro limpo*, e não mais por *posto de trabalho*; tanto o Corpo Técnico – ao indicar possível sobrepreço de 8,5% – como o Ministério Público de Contas ao manifestar-se na assentada precedente, entenderam que a nova forma de contratação poderia **justificar o preço apresentado**.

18. Segue ponderando que entende relevante considerar, outrossim, que, consoante aponta a SES:

[...] a Contratação Emergencial originada pela DL 341/2017 **apresentou redução de custo no aporte de R\$ 7.483.594,58** (sete milhões, quatrocentos e oitenta e três mil quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), gerando economicidade para a SES/DF, além de a execução do serviço passar a ser regido por instrumento formal, gerando maior segurança jurídica. (destaquei).

19. Assim, conclui que são **pertinentes e suficientes os esclarecimentos apresentados** pela APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA, pela IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA, e pela DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS E OBRAS LTDA, assim como pela SES; razão pela qual sugere que a Corte **considere superada** a questão indicada no item III da Decisão n.º 3.825/2019 ([4006522E-e](#)).

20. Acerca do conteúdo do Ofício n.º 170/2020 – GC2P ², ulteriormente remetidos à análise consoante Despacho de peça [E33F380C-e](#), *contendo referências a notícias veiculadas pela imprensa sobre problemas na execução contratual e pagamento atrasado de funcionários*, entende tais notícias **não se encontram acompanhadas de indícios que justifiquem a atuação desta Corte**, e que a matéria atinente ao mencionado atraso no pagamento de salários por parte da terceirizada não atrai as competências da Corte, consoante entendimento sufragado no Processo n.º 892/2019 ([5DEF1D3F-e](#)), no sentido de que não é atribuição do *Tribunal de Contas tutelar*

² a. Ofício n.º 227/2019-CF noticiando à Procuradora-chefe do Trabalho sobre notícias veiculadas na imprensa acerca de problemas na execução de contratos de limpeza em unidades da SES/DF;

b. Ofício n.º 37262.2020-CODIN/PRT10 encaminhando ao MPjTCDF laudo pericial para ciência;

c. Laudo Pericial de Perícia Contábil sobre a regularidade da data de adimplemento das verbas salariais dos trabalhadores que prestam serviços de conservação e limpeza nas unidades da SES/DF; e

d. Informação n.º 30/2020-MPjTCDF/G2P com extratos do referido Laudo Pericial.

36. Ressalte-se que o referido Laudo Pericial ([1E6FE314-e](#)) identificou a existência de pagamentos efetivados com seis dias relativos à competência de dezembro de 2019.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

direito individual assentado em obrigações dessa natureza, estranhas às normas de direito público stricto sensu (Decisão Reservada n.º 8/2019, [E436FFEF-e](#)).

21. Em seguida, a Instrução sugere, *verbis*:

- I. tomar conhecimento do Ofício nº 170/2020 – GC2P e documentação anexa (peças 126 a 130); das manifestações das empresas Apecê Serviços Gerais Ltda (peça 114), Ipanema Empresa de Serviços Gerais (peça 115); e Dinâmica Administração Serviços e Obras LTDA (peça 133); da manifestação da SES/DF (peça 121); e da presente Informação;
- II. considerar **suficientes os esclarecimentos** apresentados pelas empresas nominadas no inciso anterior e pela SES/DF em relação à questão indicada no item III da Decisão nº 3825/2019;
- III. deliberar sobre o pedido de sustentação oral formulado pela empresa Ipanema Empresa de Serviços Gerais (peça 132);
- IV. autorizar o retorno dos autos à SEASP para fins de arquivamento.

22. **É o que entendo necessário relatar.**

23. O autos vêm ao exame do *Parquet* especializado a teor do Despacho Singular n.º 303/2022 – CGMM ([5B88DB18-e](#)), da lavra do Conselheiro Márcio Michel.

24. Passo ao exame asserindo que, *maxima venia* dos entendimentos contrários, a Instrução agregada aos autos **não** traz elementos hábeis a, objetivamente, clarificar os pontos questionados no Voto do Relator durante a fase antecedente e que fundamentou a Decisão n.º **3.825/2019** ([4006522E-e](#)), cujo cumprimento ora se examina.

25. Desse modo, da mesma forma que a Jurisdicionada e as sociedades empresárias não inovaram em seus argumentos em relação às fases antecedentes; a Unidade Instrutiva, no entendimento do Ministério Público de Contas, nesta assentada, também **não** incorpora argumentos técnicos necessários ao convencimento sobre a regularidade da estimativa de preços apresentada pela SES.

26. Quanto a isso, importante registrar que o r. Relator trouxe robusta fundamentação acerca da relevância de possível sobrepreço, mesmo após as pertinentes colocações do Voto Revisor; este último utilizado para alicerçar a Informação sob exame.

27. Apontadas, em primeiro momento, a teor da Informação n.º **35/2019** ([936B2403-e](#)) – embora, de fato, nela, tenha sido relativizado em face da natureza da contratação (emergencial) e da alteração do método de contratação (*de postos de trabalho para quantidade de metros limpos*) – as evidências de sobrepreço restaram abordadas e corroboradas nos Votos agregados pelo r. Relator.

28. Conforme se verifica, o Voto inicial de peça [41BA215D-e](#) deixou assentado, *verbis*:

- 41. Em consulta ao e-TCDF, noto que o citado processo foi autuado no dia 19/06/2018, logo em seguida à publicação dos extratos dos Contratos nºs 47, 48 e 49/2018, firmados entre a SES/DF e as empresas Apece Serviços Gerais Ltda., Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda. e Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transporte Ltda., respectivamente (eDOC 287A175A-e, peça 3 do processo apenso). O acesso aos autos do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

Processo SEI nº 00060-00099830/2017-19 foi concedido no dia 10/7/2018 (eDOC 559820CC-c, peça 4 do processo apenso).

42. Todavia, somente em 18/3/2019, após o término da vigência dos ajustes, os citados autos, apensados ao presente processo, foram enviados a este Gabinete para exame da matéria (eDOC 936B2403-e).

43. A respeito do tema, **verifico que o sobrepreço médio identificado foi da ordem de 8,71%, correspondente a R\$ 949.624,36 por mês, ou a R\$ 5.697.746,16 no período contratual de 6 (seis) meses, valor este que considero materialmente relevante para que se dê continuidade à fiscalização com vistas à averiguação detalhada da formação dos preços pagos pela SES/DF em comparação com contratações de igual natureza (emergencial e no novo modelo de contratação por metro quadrado).**

44. Nessa perspectiva, observo que **a instrução alegou que o preço contratado pode ser considerado, excepcionalmente, justificado, pois “além de ser uma contratação emergencial, a dispensa de licitação sob análise inaugura, na SES/DF, a contratação dos serviços de limpeza por metro quadrado”.**

45. Todavia, a Unidade Instrutiva **não trouxe à baila as especificidades (custos detalhados) de uma contratação emergencial de serviços de limpeza, higienização, conservação, asseio e desinfecção que a torne mais onerosa do que uma contratação comum, de forma a corroborar sua assertiva.**

46. Do mesmo modo, **não explicou de forma circunstanciada os motivos que levam uma contratação de serviços de limpeza, higienização, conservação, asseio e desinfecção, por metro quadrado, ser mais dispendiosa do que uma por posto de serviço.**

47. Desse modo, constato que **os autos não se encontram maduros o suficiente para os contratos emergenciais em apreço serem considerados regulares**, mesmo em caráter excepcional. (destaquei).

29. Posteriormente, já agregando as ponderações do Voto do r. Revisor, o Conselheiro Relator tornou a asserir relevantes questionamentos e considerações acerca da necessidade de aprofundamento sobre a existência de sobrepreço ([5BDDDEDB0-e](#)) que, ao final, como se sabe, fundamentaram a deliberação plenária vazada na Decisão n.º 3.825/2019 ([4006522E-e](#)), cujo cumprimento se examina nesta assentada. Pela importância, reproduzo os excertos, *verbis*:

Em seu Voto de Vista (peça 78) o n. Revisor, apesar de admitir que nos autos não há elementos objetivos que demonstrem que o tipo de contratação (emergencial) e a forma de pagamento dos serviços (por metro quadro) justificariam o sobrepreço de 8,71% indicado na instrução, em linha com a Unidade Instrutiva e o Órgão Ministerial, vota no sentido de que, excepcionalmente, esta Corte considere regular a dispensa em exame.

Para tanto, aduz o i. Revisor que é razoável admitir que alguns custos alusivos aos contratos emergenciais sejam superiores aos contratos ordinários de 12 meses, que podem ser estendidos até 72 meses.

Infere que é evidente que contratos com duração de até 72 meses trazem perspectiva de lucratividade e alocação de recursos melhores do que um contrato emergencial de duração máxima de 6 meses, fato que reflete na formulação das respectivas propostas comerciais.

Afirma que o percentual de 8,71% do aventado sobrepreço apontado pelo corpo instrutivo foi obtido pela comparação entre os valores orçados pela SES/DF e aqueles estimados pela unidade instrutiva. Todavia, mostra-se relevante avaliar os preços contratados e, mais ainda, os valores efetivamente desembolsados pelo Poder Público. Nessa toada, ao se fazer a comparação entre os preços efetivamente contratados e aqueles estimados pela área instrutiva, a partir da planilha constante do PT-08, o suposto sobrepreço médio cai de 8,71% para 6,45%.

Argumenta que, na estimativa do preço máximo elaborado pelo Corpo Técnico, adotou-se, para os encargos sociais, o percentual de 70,64%, com base no item V.d.2 da Decisão n.º 544/2010, enquanto que, por meio da Decisão n.º 5.277/2016, o percentual indicado pela Corte para encargos sociais e trabalhistas é da ordem de 72,91%, razão pela qual a suposta



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

diferença média entre os contratos em exame e o valor referencial da unidade instrutiva seria ainda menor do que 6,45%, ou seja, da ordem de 5,5%.

Diz que o que foi respaldado pela decisão do Tribunal em relação ao percentual de 12% sobre custos diretos (peça 50 c/c 57) não alcançou diversos dos insumos/materiais constantes da lista contida no Anexo II do Projeto Básico, tais como aqueles que foram explicitamente retirados do escopo da referida verba: *saco de lixo, papel toalha e papel higiênico*.

Portanto, o orçamento estimativo da SES/DF e o referencial criado pelo corpo instrutivo deixaram de contemplar vários itens pelos quais as empresas contratadas ficaram responsáveis em fornecer, razão pela qual, nem mesmo a suposta diferença residual média a maior de 5,5% se sustenta de maneira inequívoca.

Esclarece que, no caso da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda., por exemplo, tais percentuais de sobrepreço são ainda menores, da ordem de 4,30% (lote 3), 4,55% (lote 5) e 3,89% (lote 6).

Por fim, assevera que, caso o Tribunal decida por demandar qualquer pronunciamento quanto aos valores pactuados, **deve indicar quais são os percentuais de sobrepreço em cada contrato, para cada uma das empresas**, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

[...]

Ao compulsar o feito, conquanto considere louvável o esforço envidado pelo n. Conselheiro Inácio Magalhães Filho no seu Voto de Vista de peça 78, com o intuito de demonstrar que os preços praticados no bojo dos contratos emergenciais em voga são regulares, com as devidas vênias, **mantenho o Voto de peça 76, sem prejuízo das considerações que faço a seguir**.

Em princípio, por se tratar de terceirização de serviços, em termos de custos envolvidos na contratação, **não vislumbro ocorrências que levem um ajuste emergencial (6 meses) ser mais oneroso do que uma contratação ordinária (12 meses com possibilidade de prorrogação por 72 meses)**.

É cediço que o mercado de terceirização de serviços no Distrito Federal é bastante competitivo, o que, **em tese, dificulta a imposição de preços à Administração** por parte das sociedades empresárias do ramo.

Além disso, por ser a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra (terceirização) uma atividade já consolidada no mercado do Distrito Federal, **eventual incerteza que possa influenciar os custos da contratação não se mostra factível**.

A *contrário sensu*, compulsando as planilhas de custos elaboradas pela Administração, bem assim as propostas apresentadas pelas contratadas, verifico que, no caso da jornada de 12 x 36, para o cálculo da quantidade de dias trabalhados por mês, foi considerado o calendário do ano civil que contempla meses com 28 e 31 dias, cujo somatório, ao final dos 12 meses, resulta em 365 dias, o que dividido por 12 meses, equivale a 15,21 dias trabalhados por mês.

Ocorre, **todavia, que a adoção do parâmetro anual - 365 dias por ano - não se coaduna com as contratações em voga, cujo prazo máximo é de 180 dias, o que, necessariamente, reduz o critério de 15,21 dias para 15 dias trabalhados por mês, fato que impacta, para menor, os valores da rubricas alusivas ao vale alimentação e ao vale transporte**.

Também **não entendo que seja tão evidente assim a influência do período contratual na formulação das propostas**.

A uma, **pelos motivos já elencados** acima (competitividade do mercado, conhecimento dos custos contratuais, etc.).

A duas, porque, **no caso de prestação de serviços de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos, a lucratividade não está atrelada tão-somente à perspectiva de duração máxima do período contratual, mas, principalmente, à quantidade de postos terceirizados**, que, no caso da SES/DF, é extremamente significativa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

É certo que um período de contratação mais longo oferece ao empresário maior tranquilidade, todavia, **não necessariamente o faz reduzir seus preços, na medida em que o ganho de escala em virtude do período contratual é praticamente inexistente, dada a natureza do serviço.**

Noutro giro, **não vislumbro razões concretas que levem uma contratação emergencial para prestação de serviços de limpeza, por metro quadrado, superar o valor de uma contratação ordinária por posto de serviço.**

Pelo contrário, a lógica leva-me a inferir que o custo de uma contratação por m² deveria ser inferior ao custo de uma contratação por posto de serviço, mormente, em virtude dos ganhos advindos da especialização e da produtividade.

Convém destacar que, no caso de prestação de serviços de limpeza, a produtividade é avaliada a partir da quantidade de área - em m² - que supostamente um profissional pode atuar, considerando as rotinas e frequências das atividades, em função das características do ambiente envolvido.

Ocorre, todavia, que o uso de novas técnicas e tecnologias em equipamentos, ferramentais e demais insumos permitem reduzir consideravelmente a necessidade de esforços físicos dos profissionais, implicando aumento de eficiência e de produtividade no desenvolvimento das atividades contratadas.

Por consequência, **o aumento de produtividade pode ser traduzido em menores custos para o fornecedor, de forma a proporcionar vantagem competitiva no mercado para a formulação de propostas e ofertas menores e mais vantajosas para a Administração.** Em síntese, **o que se almeja com uma contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação é um ambiente limpo, higienizado, independentemente da quantidade de funcionários que atuam na prestação do serviço.**

Outrossim, **em relação à metodologia utilizada pelo Corpo Técnico com vistas à identificação de sobrepreço, alinhado-me ao i. Revisor no sentido de que dever-se-ia ter se pautado pelo preço efetivamente contratado e não pelo preço orçado pela SES/DF.** De qualquer sorte, **tal equívoco não afasta o indício de existência de sobrepreço nas contratações em voga.**

Primeiro, porque, de acordo com o Quadro 2 do § 64 da Informação nº 35/2019 (peça 70) **os valores das propostas apresentadas pelas contratadas são muito próximos à estimativa da SES/DF** que, conforme dito alhures, encontra-se cerca de 8,71% acima do valor calculado pela Unidade Instrutiva.

LOTE ¹	EMPRESA VENCEDORA	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR MENSAL PROPOSTO (R\$)	DIFERENÇA PERCENTUAL
1	APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA.	299.672,28	299.591,23	- 0,03%
4		2.360.021,95	2.305.048,77	- 2,33%
3	DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS E OBRAS LTDA.	1.716.753,65	1.642.775,98	- 4,31%
5		932.221,50	894.207,65	- 4,08%
6		1.535.168,00	1.470.493,85	- 4,21%
7	IPANEMA	1.584.020,32	1.581.637,44	- 0,15%



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

8	EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS	2.118.865,83	2.108.542,13	- 0,48%
9	E TRANSPORTES LTDA.	1.311.704,14	1.310.297,06	- 0,11%
TOTAL		11.858.427,67	11.612.594,11	- 2,07%

Segundo, pois, **mesmo admitindo corretas as ressalvas trazidas à lume pelo i. Revisor, o sobrepreço médio remanescente é da ordem de 5,5%.**

Sendo pragmático, o **aludido percentual de sobrepreço corresponde a cerca de 3,5 milhões de reais**, valor suficiente para fazer face à contratação de diversos serviços de saúde, educação etc.

Terceiro, **a instrução aponta que o aludido sobrepreço decorreu do fato de a Administração ter inserido em suas planilhas de custos rubricas inexistentes.**

Nesse sentido, **em relação aos trabalhadores submetidos à jornada 12x36, as rubricas relativas à adicional noturno, ao adicional de horas extras relativas a feriados trabalhados, ao reflexo do adicional noturno e das horas extras trabalhadas em feriados sobre o descanso semanal remunerado (DSR) e ao intervalo intrajornada, constato que foram indevidamente inseridas na planilha de custos da Administração, em afronta à Lei n.º 13.467/2017 e às novas regras estabelecidas na CCT de 2018 (PT 01 – associado, pag. 55/58).**

Além disso, verifico que a SES/DF, em sua estimativa, **utilizou o percentual de encargos sociais total de 80,07% (PT 01 – associado), sendo que este Tribunal, desde a Decisão n.º 5.277/2016 (Processo n.º 12.593/2016), vem indicando que o percentual correto é da ordem de 72,91%.**

Logo, **a simples possibilidade de existência de sobrepreço no montante acima indicado, conforme admitido pelo i. Revisor, sem que haja motivo concreto que justifique tamanha discrepância em relação aos valores indicados pelo Corpo Instrutivo, a meu sentir, é razão suficiente para considerar que os autos não se encontram maduros para julgamento de mérito.**

Ademais, é importante destacar que **ao prever um valor máximo da contratação com estimativa majorada em virtude da inclusão de parâmetros incorretos (dias trabalhados, rubricas indevidas e percentual de encargo incorreto), a Administração deu azo para realização do famigerado e combatido “jogo de planilha” por parte das contratadas.**

Isso significa dizer que, **conquanto as empresas contratadas tenham apresentado propostas com valor global semelhante ao orçado pela administração, há indícios de que tenham diluído a “gordura” advinda do orçamento superestimado da SES/DF em determinadas rubricas que compõe a planilha de custos dos serviços.**

A título de exemplo, **enquanto o percentual relativo às despesas indiretas em certames públicos para prestação de serviços de limpeza gira em torno de 1,5% a 3,0%, nas contratações em tela a aludida rubrica foi da ordem de 5% a 6%.**

Ademais, **se por um lado o percentual de encargos admitido por esta Corte é da ordem de 72,91%, consoante fixado na Decisão n.º 5.277/2016 constata-se que os percentuais de encargos contidos nas propostas das empresas Dinâmica e Ipanema foram da ordem de 74,23% e 73,02%, respectivamente.**

Outrossim, **embora o item IV da Decisão n.º 2.498/2011 deste Tribunal determine que o BDI deve-se limitar ao patamar de 26,44% e a SES/DF tenha, em sua estimativa, adotado o BDI de 25,52%, a Empresa Ipanema cotou o percentual de 29,80%.**

Portanto, diante do exposto, entendo imprescindível para exame de mérito dos autos a oitiva das interessadas e da jurisdicionada, seguido de nova manifestação



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

30. Portanto, consoante se constata da simples leitura, a Informação n.º 29/2022 – DIASP1 ([F7186A4B-e](#)), *maxima venia*, **pouco avançou** sobre os pontos técnicos abordados no Voto do Relator; limitando-se, de modo geral, a replicar e reforçar os esclarecimentos da Jurisdicionada e das sociedades empresárias interessadas – argumentos estes que ela própria considera **não** terem inovado em relação à fase antecedente – e a corroborar os fundamentos do r. Voto do Revisor, da Instrução e da manifestação do MPCDF precedentes; todos, **neste ponto**, objetados pelo Voto que conduziu a deliberação plenária; inclusive no que toca à suposta exiguidade do percentual do sobrepreço revisado.

31. Observa-se, apenas *exempli gratia*, que as supostas *contundentes justificativas das áreas técnicas responsáveis pela formação de custo* referidas pela SES (SEI 5890687), a toda evidência, **não** restaram perscrutadas.

32. Também, como a própria Instrução admite, a SES **não comprovou** que o suposto sobrepreço decorreu da contratação da utilização do novo método de contratação, por *metro limpo*; fato que, no entendimento do MPCDF, não pode ser justificado ou mesmo atenuado por retórica fundada na percepção assentada nos opinativos precedentes que, conforme se verifica, cederam à deliberação plenária.

33. Desse modo, o *Parquet* especializado entende que a Unidade Instrutiva competente deve aprofundar-se sobre o tema, trazendo à Corte elementos técnicos necessários à apreciação meritória.

34. Quanto aos argumentos relacionados ao empenho da SES para promover a regularização das despesas sem contratação formal que implicavam e ainda ensejam sucessivos *pagamentos indenizatórios*³, deve ser sopesado pela Corte na fase oportuna a teor do art. 22, §2º, da LINDB. O mesmo em relação ao acolhimento das recomendações da Corte e esforços voltados à qualificação profissional de seus servidores.

35. No entanto, no entendimento do Ministério Público de Contas, tais compromissos em nada alteram o juízo acerca da existência de **possível sobrepreço** a refletir sobre a economicidade da contratação.

36. Do mesmo modo, entendo que a questão relacionada ao influxo do período de vigência da contratação sobre a produtividade e o preço precisa ser apropriadamente abordada pelo Corpo Técnico.

³ Evolução das despesas sem cobertura contratual (Processo n.º 00600-00004015/2022-92):

Tabela 5: Despesas sem cobertura contratual na SES/DF ao longo dos anos

2016	2017	2018	2019	2020	2021
R\$ 659.778.154,61	R\$ 567.069.000,20	R\$ 179.040.230,96	R\$ 75.022.866,11	R\$ 64.955.891,48	R\$ 165.177.289,22



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

37. Quanto a isso, importante trazer à baila o contexto em que se inseriu o [Acórdão n.º 1580/2017 – Primeira Câmara](#), reproduzido **parcialmente** pela Instrução (parágrafo 10, retro); porquanto, seu contexto e integralidade, a toda evidência, **demonstra o contrário** do que pretende certificar a Instrução. Relevante, sobre este aspecto, colacionar, *verbis*:

11. De qualquer maneira, em princípio, e isso não tem a ver especificamente com a eventual condição emergencial da contratação, contratos com período de vigência maior geram expectativa de mais produtividade pela possibilidade de diluição de eventuais despesas iniciais por um tempo mais longo. Nesse contexto, a necessidade de distribuição desses custos em um período de execução contratual menor poderia de fato ensejar alguma majoração dos preços, o que não seria difícil de ser demonstrado, mediante a discriminação das despesas que trariam tal consequência financeira ao contrato. **Inobstante, não consta do processo de contratação, e nem dos presentes autos, qualquer elemento ou documento técnico com esse fim, para contrapor-se à certeza de que, no caso concreto, uma possível variação de custos dessa natureza não seria bastante, por si só, para justificar a magnitude da diferença encontrada nos preços.**

12. Tudo isso foi bem abordado pela Serur, como ilustra o seguinte excerto de sua instrução: "*69. Portanto, mesmo que contratos emergenciais guardem determinadas peculiaridades, não há razão para que sofram percentuais de encargos e/ou custos majorados em relação às contratações decorrentes de procedimentos licitatórios, salvo quando devidamente justificado e consignado expressamente em pareceres (Acórdão 645/2009-TCU-Plenário).*"

13. Assim, concorda-se com as análises dos autos quando dizem que **a Administração deveria ter sido mais diligente na contratação dos serviços mediante dispensa de licitação e que não foram trazidas motivações técnicas e financeiras para fundamentar os preços do novo contrato, não bastando para tanto o simples fato de a contratação ter sido emergencial.** (destaquei).

38. Desse modo, *maxima venia*, reproduzida nesta fase a situação descrita no Voto vestibular ([41BA215D-e](#)), os autos, no entendimento do Ministério Público de Contas, **remanescem sem apresentar elementos técnicos objetivos** capazes de demonstrar a regularidade das contratações emergenciais examinadas quanto aos preços praticados, a teor das considerações abordadas pelo r. Relator nos Votos [41BA215D-e](#) e [5BDDEDB0-e](#); o que se dá, em grande medida, pela insuficiência de aprofundamento técnico acerca dos pontos questionados.

39. Acerca da alegada redução de custos no montante de R\$ 7.483.594,58, entendo que deve ser revisitada e confirmada pelo Corpo Técnico após a reinstrução ora sugerida.

40. Em face do exposto, **sem aderir** – nesta fase – às conclusões e sugestões do zeloso Corpo Técnico, o *Parquet* especializado sugere à e. Corte de Contas que, conhecendo os documentos agregados, **protraia o exame meritório**, para:

I – determinar à Unidade Técnica competente que proceda à **reinstrução** dos autos, para agregar **fundamentos técnicos detalhados** acerca de **todos** os questionamentos aduzidos nos Votos do Relator [41BA215D-e](#) e [5BDDEDB0-e](#), a fim de – ao cotejo dos esclarecimentos da Jurisdicionada e das sociedades empresárias interessadas – **demonstrar objetivamente** a adequação dos preços praticados; apontando, de outro lado, se for o caso, o **sobrepreço calculado** e seu **impacto financeiro sobre a economicidade** das contratações emergenciais questionadas;



MPCDF

38.376/2017

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

II – no momento apropriado, delibere sobre o pedido de sustentação oral formulado pela IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS ([6CD519C0-c](#)); e

III – autorize o retorno dos autos à SEASP para fins de cumprimento do item I, retro.

É o parecer.

Brasília, 21 de novembro de 2022.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador